



ACÓRDÃO Nº64/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11496/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Maria Semira de Souza Torres (Ordenador de Despesa), Elcinei de Lima Sampaio (Ordenador de Despesa)
- 4- **Órgão:** Maternidade Alvorada
- 5- **Exercício:** 2017
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6324/2018-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Maternidade Alvorada. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Recomendação. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Maternidade Alvorada, exercício de 2017, sob a responsabilidade da **Sra. Elcinei de Lima Sampaio**, Diretora-Geral da Unidade de Saúde, durante o período de janeiro a outubro de 2017, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);
- 10.2. **Dar quitação** a **Sra. Elcinei de Lima Sampaio**, Diretora-Geral da Unidade de Saúde, durante o período de janeiro a outubro de 2017, com fundamento no art. 24, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas);
- 10.3. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Maternidade Alvorada, exercício de 2017, sob a responsabilidade



ACÓRDÃO Nº64/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

da **Sra. Maria Semira de Souza Torres**, Diretora-Geral da Unidade de Saúde, durante o período de novembro a dezembro de 2017, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);

10.4. Dar quitação a Sra. Maria Semira de Souza Torres, Diretora-Geral da Unidade de Saúde, durante o período de novembro a dezembro de 2017, com fundamento no art. 24, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas);

10.5. Recomendar as responsáveis, **Sra. Elcinei de Lima Sampaio e Sra. Maria Semira de Souza Torres**, e a atual gestão da Unidade de Saúde, alertando aos mesmos de que a reincidência poderá causar a irregularidade das próximas contas anuais do órgão, além da aplicação de multa cabível:

- a) Observe com maior rigor as regras previstas na Lei n.º 8.666/1993;
- b) Observe com maior rigor as regras previstas na Lei n.º 4.320/1964;
- c) observem estritamente os ditames da lei em relação a utilização da modalidade de licitação correta, levando em consideração o valor global das despesas de mesma natureza, com desenvolvimento de amplo planejamento da execução das despesas;
- d) Em futuras prestações de contas, solicitem à CGE o Parecer do Controle Interno acerca da regularidade das contas;
- e) Atentem para o planejamento e pagamento dos serviços tomados pela unidade gestora, evitando o acúmulo de débitos que são usualmente pagos sob a rubrica “indenização”.

10.6. Determinar à próxima Comissão de Inspeção que, no ato da futura auditoria nas contas da Maternidade Alvorada, verifique se as medidas recomendadas foram cumpridas, a fim de não ensejar a reincidência das respectivas impropriedades, o que ocasionaria a irregularidade das Contas, com aplicação de multa, nos termos do art. 188, § 1º, III, “e”, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM c/c o art. 22, III, § 1º, da Lei n.º 2.423/1996;

10.7. Notificar as responsáveis, **Sra. Elcinei de Lima Sampaio e Sra. Maria**



ACÓRDÃO Nº64/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Semira de Souza Torres, sobre o desfecho atribuído aos autos.

11- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Fevereiro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral